

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM FIM DE 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Senhores Acionistas. A Administração da INEPAR S.A. Indústria e Construções - Em Recuperação Judicial, em observância às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, submete à apreciação dos acionistas os fatos e eventos do ano, bem como o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, acompanhado do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal. **Mensagem da Administração e a Recuperação Judicial.** A Inepar continua sendo uma empresa empreendedora tendo o desafio como seu maior objetivo. Com atuação de mais de 63 anos de história, contribuiu para o desenvolvimento da indústria e da infraestrutura no Brasil, destacando-se energia, petróleo e gás, equipamentos de processo, manuseio de materiais, compensação reativa e transportes de massa. Na sua trajetória de sucesso, destacamos alguns dados importantes: As instalações de Araraquara possuem mais de 940 mil m² sendo considerada a maior fábrica de usinagem da América Latina. A Inepar fabrica turbinas e geradores que respondem por mais de 25% da energia gerada no país, mais de 12 GW no Brasil e 26 GW no mundo. Atuou em todas as 15 refinarias da Petrobras e participou da construção de sete plataformas de exploração de petróleo. Entregou mais de 3 mil pontes rolantes para uma variedade de indústrias e produziu as maiores máquinas de movimentação de minério em atividade. Produziu mais de 30% de compensação reativa em grandes transferências de geração de energia para linhas de transmissão. Desenvolveu a maioria das linhas de transmissão de alta e extra tensão do país e efetuou reparação, manutenção, supply e manufatura em mais de 20 locomotivas. A Inepar foi pioneira em telecomunicações, incluindo televisão a cabo, telefonia CDMA e sem fio. Contou ainda com mais de 20 mil colaboradores na sua história vitiosa. Temos também parcerias com grupos de liderança mundial, dentre eles, GE, Andritz, Hyundai, Triunfo, que ajudaram a INEPAR nessa construção e demonstração da capacidade empreendedora da Companhia. A INEPAR também está presente na bolsa de valores brasileira desde 1980, tendo já chegado a ser uma das dez maiores companhias em valor de mercado da Bovespa. Apesar de toda história vitoriosa da Inepar e a nossa comprovada capacidade técnica fomos obrigados a implantar um plano global de reestruturação e com o consequente pedido de Recuperação Judicial, em função do ambiente macroeconômico e político do Brasil nos últimos anos e, em especial, os setores industrial e de infraestrutura exatamente em nosso ramo de atuação e que têm sido afetados por essa situação econômica, dinâmica inflacionária e elevada taxa de juros em um ambiente de baixo crescimento e desconfiância. Em 13 de maio de 2015, os credores do Grupo INEPAR, reunidos em Assembleia Geral, deliberaram pela aprovação do Plano de Recuperação Judicial proposto pelas empresas em recuperação. **Abaixo relacionamos alguns aspectos preponderantes da recuperação judicial:** Aprovação do plano com mais de 90% do quórum de credores, sendo que houve aprovação de 99,3% dos credores classificados na classe I. Maior conversão de dívida em participação da história do país, via solução inovadora com a emissão das debêntures perpétuas convertíveis em ações da INEPAR, remuneradas por lucro, sem desconto no valor de face das dívidas novas e com elementos de melhores práticas de governança corporativa. Pagamentos expressivos de obrigações trabalhistas, tanto dos passivos do plano de recuperação judicial como das obrigações correntes. Liquidação de aproximadamente 83% dos compromissos assumidos com o plano de recuperação judicial. A homologação do Plano de Recuperação permitiu a estabilização da estrutura de capital da Inepar, pois somente com a emissão de novas ações da Companhia e de debêntures perpétuas convertíveis em integralização por créditos quirográficos, apresentou uma redução de mais R\$ 1,6 bilhão em seu passivo financeiro, dentre outros itens chaves de reestruturação financeira. Com base no parecer dos nossos consultores jurídicos e contábeis efetuamos a reclassificação, para o patrimônio líquido, dos créditos que não mais representam passivos para a Companhia e que serão obrigatoriamente convertidos em debêntures perpétuas ou ações a serem emitidas oportunamente pela Companhia, perfazendo o montante de R\$ 238.097 mil. De acordo com o Parecer Contábil do Professor Eliseu Martins, a empresa classificou nas demonstrações financeiras as debêntures perpétuas emitidas como instrumentos patrimoniais, tendo em vista que as mesmas não geram obrigação da Companhia de entregar caixa ou outro instrumento patrimonial em condições desfavoráveis, sendo mandatoriamente convertíveis em ações. No exercício de 2016 a empresa continuou se dedicando à aplicação das ações previstas no Plano de Recuperação Judicial do Grupo Inepar, onde alcançamos significativos resultados com a redução do endividamento junto às empresas e funcionários e também redução nas obrigações tributárias. Desta forma, cumprindo os compromissos assumidos no Plano de Recuperação Judicial, a INEPAR desenvolveu diversas ações para a monetização de alguns ativos não operacionais do Grupo, visando a adequação do fluxo de caixa a saber: - Adesão ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) instituído pela Lei 12.996/2014 de 20/06/2014. Esta adesão ao Refis, permitiu uma redução significativa no montante dos débitos com o aproveitamento dos benefícios previstos na legislação aplicável, de redução de juros, multas e encargos legais, bem como após a liquidação dos juros e multas remanescentes por meio da utilização do prejuízo fiscal e base negativa da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido). Quanto ao pagamento inicial de até 20% previsto no Programa Refis, em 27 de julho de 2015, foram utilizados os créditos fiscais transferidos pela Andritz Hydro Inepar. - Venda da participação acionária no capital da TIISA-Triunfo IESA Infraestrutura S/A. Esta alienação gerou recursos necessários para o pagamento das dívidas junto aos credores e também aos funcionários, além da garantia do recebimento de energia elétrica para utilização na fábrica de Araraquara até 2019. - Venda da participação acionária no capital da Andritz Hydro Inepar do Brasil S/A. Esta alienação permitiu recursos através de créditos fiscais para a liquidação do valor de até 20% sobre os débitos fiscais necessários para a adesão ao programa Refis junto ao BNDES pelo valor de R\$ 151,7 milhões da participação acionária no capital da Energia Mato Grosso S/A, através de leilão judicial. Os recursos deste alienação foram utilizados para abater parte da nossa dívida junto ao BNDES, e também para propiciar um perdão do saldo restante deste contrato. Após a liquidação deste contrato junto ao BNDES, ainda restou um saldo devedor de outro contrato no montante de R\$ 292,8 milhões que foi renegociado para pagamento em 20 anos com correção pela TJP.L + 3 a.a. Em 2018 a Administração está em contato com o BNDES visando sanar as pendências existentes. - Venda da participação acionária no capital da Inepar Telecomunicações S/A e da Inepar Capacitores S/A. Estes recursos também foram utilizados para a liquidação de passivos correntes das empresas do Grupo Inepar. A Administração continua engajada e confiante

na reversão do patrimônio líquido do Grupo INEPAR que envolve a conclusão do plano de alienação de "ativos non-core" e o reconhecimento de processos judiciais (segundo as normas contábeis vigentes, os processos judiciais só podem ser efetivamente reconhecidos na conta de ativos após decisão favorável, em última instância, ao passo que os investimentos tanto em ativos operacionais como não operacionais não podem ser reavaliados e, portanto, devem ser reconhecidos apenas quando da sua realização. É oportuno destacar que o Grupo INEPAR tem hoje um grande volume em discussão de pleitos e adicionais contratuais junto aos clientes, com alta probabilidade de êxito, resultados de discussões jurídicas e administrativas de alterações no escopo, prazo, quantidade, preço, problemas de medição e atrasos de recebimento na prestação de serviços e venda de equipamentos, junto a clientes de economia pública, mista e privado. No curto prazo a empresa está empenhada em recompor a sua carteira de negócios visando gerar novos empregos, equilibrar o seu fluxo de caixa e tem como objetivo encerrar a sua recuperação judicial no menor prazo possível. No médio e longo prazo, com a recuperação da economia brasileira, a empresa, através das suas subsidiárias, tende a gerar oportunidades com projetos na área de infraestrutura, pois neste período de recuperação judicial efetuou e está ainda fazendo uma readequação nas suas despesas operacionais e redução dos custos de produção. Além do esforço comercial com a readequação de custos e de sua competitividade, a Inepar possui "ativos non-core" que devem ser vendidos, já em negociação, que podem render saldos de fluxo de caixa para a empresa. Com o objetivo de manter a continuidade da empresa com geração de fluxo de caixa positivo, para cumprir com as obrigações do Plano de Recuperação e também para suprir as necessidades de caixa dos projetos que estão em andamento e para os demais projetos que a empresa irá participar, a administração está trabalhando na alienação de diversos ativos listados no Plano de Recuperação Judicial, entre os quais citamos: Alienação das ações da UPI IOG (BlockGas), das ações da UPI de Charqueadas, e do imóvel de Macaé. Alienação de parte dos ativos (máquinas e móveis) que compõem a UPI IPM de Araraquara. Constituição do FIDC (Fundo de Investimento em direitos creditórios não padronizados) com diversos ativos financeiros, com o objetivo de efetuar os pagamentos das obrigações constantes do Plano de Recuperação Judicial. Acordo com bancos para liquidação da nossa dívida, utilizando principalmente as cotas do FIDC acima mencionado. Arbitragem para ressarcimento de diversos valores envolvendo o cancelamento por parte da Petrobras do contrato de fornecimento de módulos para plataformas e que estavam sendo fabricados no município de Charqueadas. Apresentamos abaixo uma simulação do Balanço Patrimonial de 31/12/2016 com o dos valores dos ativos valorizados de acordo com o Plano de Recuperação Judicial aprovado em 2015.

Salários e encargos sociais	310.445	310.445
Impostos e contribuições a recolher	469.114	469.114
Dividendos propostos	4.255	4.255
Provisão de custos e encargos	338.300	338.300
Adiantamentos de clientes	163.332	163.332
Títulos a pagar	32.616	379.926
Outras contas a pagar	220.029	216.670
Total do Passivo Circulante	1.947.230	1.747.633
Não Circulante Exigível a longo prazo		
Financiamentos e empréstimos	277.175	277.175
Salários e encargos sociais	17.582	17.582
Impostos e contribuições a recolher	379.926	379.926
Impostos diferidos	111.382	111.382
Títulos a pagar	797.500	797.500
Provisão de custos e encargos	2.303	2.303
Provisão para contingências	141.632	141.632
Provisão para passivo a descoberto	1.260	1.260
Outras contas a pagar	13.403	13.403
Total do Passivo Não Circulante	969.628	957.801
Patrimônio Líquido		
Participação dos minoritários	(30.408)	(30.408)
Patrimônio líquido da controladora		
Capital social	407.299	407.299
Gasto com subscrição de ações	(3.073)	(3.073)
Reserva de capital	155.272	155.272
Reserva de reavaliação	34.469	1.542.453
Debêntures perpétuas	247.861	247.861
Créditos quirográficos a converter	238.097	773.823
Prejuízos acumulados	(2.814.483)	(2.525.811)
Ajuste de avaliação patrimonial	797.500	797.500
	(937.055)	1.395.327
	(967.463)	1.364.919
Total do Patrimônio Líquido	1.949.395	4.070.353
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	1.949.395	4.070.353

Balanço Projetado
Exercício findo em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

	Consolidado	
	Balanço Patrimonial	Balanço Projetado
	31/12/2016	31/12/2016
ATIVO		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1.660	1.660
Contas a receber de clientes	220.628	833.603
Títulos e valores mobiliários	32.797	32.797
Estoque	221.309	221.309
Títulos a receber	4.160	4.160
Créditos de impostos	24.449	24.449
Dividendos a receber	64	64
Despesas antecipadas	390	390
Outros créditos	50.295	50.295
Total do Ativo Circulante	555.752	1.168.727
Não Circulante		
Realizável a longo prazo		
Clientes		
Contas a receber de clientes	36.399	36.399
Partes relacionadas	94.654	94.654
Títulos e valores mobiliários	8.052	8.052
Créditos de impostos	116.440	116.440
Depósitos judiciais	65.529	65.529
Outros créditos	36.360	36.360
Investimentos	259.786	259.786
Imobilizado	361.832	361.832
Intangível	414.591	414.591
Total do Ativo Não Circulante	1.393.643	1.642.128
Total do Ativo	1.949.395	2.810.855
PASSIVO		
Circulante		
Fornecedores	100.728	74.426
Financiamentos e empréstimos	183.118	127.134
Debêntures	125.295	8.341

Balancos Patrimoniais Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	98	174	1.660	5.114
Clientes					
Contas a receber de clientes faturados	6	9.796	21.270	165.486	194.812
Contas a receber de clientes a faturar	6	-	-	55.142	65.205
Títulos e valores mobiliários	7	32.782	32.780	32.797	32.805
Estoque	8	-	-	221.309	242.266
Títulos a receber	9	-	-	4.160	21.866
Créditos de impostos	10	13.641	20.615	24.449	43.708
Dividendos a receber		-	-	64	8.560
Despesas antecipadas		-	-	390	1.544
Outros créditos	11	3.323	989	50.295	27.547
Total do Ativo Circulante		59.640	75.828	555.752	643.427
Não Circulante					
Realizável a longo prazo					
Clientes					
Contas a receber de clientes faturados	6	-	-	35.917	35.917
Contas a receber de clientes a faturar	6	482	482	482	482
Partes relacionadas	21	360.722	541.091	94.654	257.962
Títulos a receber	9	7.774	7.774	8.052	7.927
Títulos e valores mobiliários	7	-	13.071	-	72.264
Créditos de impostos	10	64.043	67.355	116.440	121.239
Depósitos judiciais	8	10.542	14.800	65.529	36.364
Outros créditos	11	-	-	36.360	43.322
Investimentos	12	518.155	537.544	259.786	262.677
Imobilizado	13	133.453	137.673	361.832	381.675
Intangível	14	391.513	391.513	414.591	422.299
Total do Ativo Não Circulante		1.486.684	1.711.303	1.393.643	1.642.128
Total do Ativo		1.546.324	1.787.131	1.949.395	2.285.555

Balancos Patrimoniais Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

PASSIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Circulante					
Fornecedores	15	20.498	19.277	100.728	99.070
Financiamentos e empréstimos	16	93.387	74.688	183.118	197.211
Debêntures	17	125.295	115.955	125.295	115.955
Salários e encargos sociais	16	20.971	16.947	310.445	274.474
Impostos e contribuições a recolher	16	302.228	207.999	469.114	291.448
Dividendos propostos	4	4.231	4.231	4.255	4.255
Provisão de custos e encargos	18	-	-	338.300	347.793
Provisão para contingências	19	-	8.476	163.332	86.833
Provisão para passivo a descoberto	24	32.478	3.170	32.616	3.309
Outras contas a pagar	24	134.304	134.072	220.029	195.894
Total do Passivo Circulante		733.992	584.765	1.947.230	1.612.342
Não Circulante					
Exigível a longo prazo					
Financiamentos e empréstimos	15	255.444	245.405	277.175	272.179
Salários e encargos sociais	17	-	-	17.582	16.263
Impostos e contribuições a recolher	17	235.566	256.052	379.926	445.622
Impostos diferidos	21	357.967	520.365	24.962	21.333
Títulos a pagar	20,1	33.940	35.052	111.382	115.273
Provisão de custos e encargos	18	-	1.600	-	1.600
Provisão para contingências	22	2.303	2.303	2.303	2.303
Provisão para passivo a descoberto	28	57.461	68.497	141.632	124.921
Outras contas a pagar	23	798.244	392.371	1.260	1.260
Total do Passivo Não Circulante		1.515.872	1.515.872	1.406.106	1.406.106
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		1.749.987	1.537.618	969.628	1.022.661
Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)					
Participação dos minoritários		-	-	(30.408)	(14.196)
Patrimônio líquido da controladora (Passivo a descoberto)					
Capital social	25	407.299	407.299	407.299	407.299
Gasto com subscrição de ações		(3.073)	(3.073)	(3.073)	(3.073)
Reserva de capital	17	155.272	155.272	155.272	155.272
Reserva de reavaliação	18	34.469	35.669	34.469	35.669
Debêntures perpétuas	247.861	247.861	247.861	247.861	
Créditos quirográficos a converter	238.097	217.780	238.097	217.780	
Prejuízos acumulados	(2.814.483)	(2.200.933)	(2.814.483)	(2.200.933)	
Ajuste de avaliação patrimonial	797.500	804.873	797.500	804.873	
Total do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)		(937.055)	(335.252)	(967.463)	(349.448)
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)		1.546.324	1.787.131	1.949.395	2.285.555

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receita operacional líquida	27	-	19.829	68.850	451.017
Custos dos produtos e serviços		-	(11.455)	(48.496)	(279.727)
Lucro bruto			8.374	20.354	171.290
Recargas (despesas) operacionais		(494.549)	(221.520)	(440.911)	(407.981)
Despesas com vendas	(7)	-	(28)	(15.550)	(11.684)
Perdas/Reversões no receb. de crédito com clientes	(3.770)	(1.707)	(10.471)	(2.073)	(100.519)
Administrativas e gerais	(25.456)	(23.994)	(87.350)	(100.519)	(64.174)
Provisões para contingências	11.035	151.639	(32.443)	(346.717)	(296.896)
Outras receitas e despesas operacionais	(50.248)	(252.575)	(296.896)	(346.717)	(296.896)
Resultado da equivalência patrimonial	12	(428.103)	(94.855)	(7.234)	(7.234)
Resultado operacional		(494.549)	(213.146)	(420.557)	(236.691)
Despesas financeiras	28	(109.865)	(120.808)	(271.112)	(271.112)
Recargas financeiras	28	2.290	99.959	23.832	156.517
Resultado antes do imposto de renda		(602.124)			

apresentadas de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente "CPCs") emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A partir de 2014, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas. **B. Demonstrações Financeiras Consolidadas.** As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas a partir de demonstrações em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e correspondem às práticas contábeis adotadas no Brasil. **PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS. 3.1 Demonstrações Financeiras Consolidadas.** As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Inepar S.A. Indústrias e Construções - em Recuperação Judicial e suas controladas apresentadas abaixo:

Empresas	Participação - %	
	31/12/2016	31/12/2015
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial	100,00	100,00
Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial	100,00	100,00
Penta Participações e Investimentos Ltda.	100,00	100,00
Inovinda Participações S.A.	100,00	100,00

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei nº 6.404/76 com as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e pela NBC TG 36 (R3), dos quais destacamos os seguintes: a) Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação e eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as sociedades incluídas na consolidação; b) Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio; c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios com as empresas incluídas na consolidação; d) Destaque dos valores da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado; e) Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelos investidores incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas com os adotados pela controladora com o propósito de apresentação usando bases de classificação e mensuração uniformes. **3.2 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes.** No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações são classificados em circulantes e não circulantes. **3.3 Compensação Entre Contas.** Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação. **3.4 conversão em Moeda Estrangeira.** Os itens nessas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional Reais (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual é realizada a maioria de suas transações e são apresentados em moeda funcional. Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas da data da transação. **3.5 Caixa e Equivalentes de Caixa.** Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez. **3.6 Ativos Financeiros.** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: a) mensurados ao valor justo por meio do resultado; b) recebíveis; c) disponíveis para venda e d) outros ativos financeiros. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são aqueles que são classificados em uma das seguintes categorias: a) ativos financeiros em uma categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes; **(b) Recebíveis.** Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem "contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "caixa e equivalentes de caixa". **(c) Ativos financeiros disponíveis para venda.** Ativos financeiros que não se qualificam nas categorias "a" e "b" acima. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moedas estrangeiras destes instrumentos, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para o resultado. Um ativo financeiro é classificado como disponível para venda se for adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem "contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "caixa e equivalentes de caixa". **(d) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.** São aqueles que não se qualificam nas categorias "a", "b" e "c" acima. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moedas estrangeiras destes instrumentos, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para o resultado. Um ativo financeiro é classificado como disponível para venda se for adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem "contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "caixa e equivalentes de caixa". **(e) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.** São aqueles que não se qualificam nas categorias "a", "b" e "c" acima. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moedas estrangeiras destes instrumentos, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para o resultado. Um ativo financeiro é classificado como disponível para venda se for adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem "contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "caixa e equivalentes de caixa". **(f) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.** São aqueles que não se qualificam nas categorias "a", "b" e "c" acima. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moedas estrangeiras destes instrumentos, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para o resultado. Um ativo financeiro é classificado como disponível para venda se for adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem "contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "caixa e equivalentes de caixa". **(g) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.** São aqueles que não se qualificam nas categorias "a", "b" e "c" acima. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moedas estrangeiras destes instrumentos, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para o resultado. Um ativo financeiro é classificado como disponível para venda se for adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem "contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "caixa e equivalentes de caixa". **(h) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.** São aqueles que não se qualificam nas categorias "a", "b" e "c" acima. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moedas estrangeiras destes instrumentos, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para o resultado. Um ativo financeiro é classificado como disponível para venda se for adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem "contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "caixa e equivalentes de caixa". **(i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.** São aqueles que não se qualificam nas categorias "a", "b" e "c" acima. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moedas estrangeiras destes instrumentos, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para o resultado. Um ativo financeiro é classificado como disponível para venda se for adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem "contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "caixa e equivalentes de caixa". **(j) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.** São aqueles que não se qualificam nas categorias "a", "b" e "c" acima. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moedas estrangeiras destes instrumentos, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para o resultado. Um ativo financeiro é classificado como disponível para venda se for adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem "contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "caixa e equivalentes de caixa". **(k) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.** São aqueles que não se qualificam nas categorias "a", "b" e "c" acima. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moedas estrangeiras destes instrumentos, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para o resultado. Um ativo financeiro é classificado como disponível para venda se for adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem "contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "caixa e equivalentes de caixa". **(l) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.** São aqueles que não se qualificam nas categorias "a", "b" e "c" acima. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moedas estrangeiras destes instrumentos, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para o resultado. Um ativo financeiro é classificado como disponível para venda se for adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem "contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "caixa e equivalentes de caixa". **(m) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.** São aqueles que não se qualificam nas categorias "a", "b" e "c" acima. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moedas estrangeiras destes instrumentos, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para o resultado. Um ativo financeiro é classificado como disponível para venda se for adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem "contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "caixa e equivalentes de caixa". **(n) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.** São aqueles que não se qualificam nas categorias "a", "b" e "c" acima. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moedas estrangeiras destes instrumentos, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para o resultado. Um ativo financeiro é classificado como disponível para venda se for adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem "contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "caixa e equivalentes de caixa". **(o) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.** São aqueles que não se qualificam nas categorias "a", "b" e "c" acima. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moedas estrangeiras destes instrumentos, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para o resultado. Um ativo financeiro é classificado como disponível para venda se for adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem "contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "caixa e equivalentes de caixa". **(p) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.** São aqueles que não se qualificam nas categorias "a", "b" e "c" acima. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moedas estrangeiras destes instrumentos, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para o resultado. Um ativo financeiro é classificado como disponível para venda se for adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem "contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "caixa e equivalentes de caixa". **(q) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.** São aqueles que não se qualificam nas categorias "a", "b" e "c" acima. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moedas estrangeiras destes instrumentos, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para o resultado. Um ativo financeiro é classificado como disponível para venda se for adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem "contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "caixa e equivalentes de caixa". **(r) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.** São aqueles que não se qualificam nas categorias "a", "b" e "c" acima. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moedas estrangeiras destes instrumentos, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para o resultado. Um ativo financeiro é classificado como disponível para venda se for adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem "contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "caixa e equivalentes de caixa". **(s) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.** São aqueles que não se qualificam nas categorias "a", "b" e "c" acima. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moedas estrangeiras destes instrumentos, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para o resultado. Um ativo financeiro é classificado como disponível para venda se for adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem "contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "caixa e equivalentes de caixa". **(t) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.** São aqueles que não se qualificam nas categorias "a", "b" e "c" acima. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moedas estrangeiras destes instrumentos, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para o resultado. Um ativo financeiro é classificado como disponível para venda se for adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem "contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "caixa e equivalentes de caixa". **(u) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.** São aqueles que não se qualificam nas categorias "a", "b" e "c" acima. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moedas estrangeiras destes instrumentos, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para o resultado. Um ativo financeiro é classificado como disponível para venda se for adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem "contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "caixa e equivalentes de caixa". **(v) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.** São aqueles que não se qualificam nas categorias "a", "b" e "c" acima. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moedas estrangeiras destes instrumentos, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para o resultado. Um ativo financeiro é classificado como disponível para venda se for adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem "contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "caixa e equivalentes de caixa". **(w) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.** São aqueles que não se qualificam nas categorias "a", "b" e "c" acima. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moedas estrangeiras destes instrumentos, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para o resultado. Um ativo financeiro é classificado como disponível para venda se for adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem "contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "caixa e equivalentes de caixa". **(x) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.** São aqueles que não se qualificam nas categorias "a", "b" e "c" acima. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moedas estrangeiras destes instrumentos, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para o resultado. Um ativo financeiro é classificado como disponível para venda se for adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem "contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "caixa e equivalentes de caixa". **(y) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.** São aqueles que não se qualificam nas categorias "a", "b" e "c" acima. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moedas estrangeiras destes instrumentos, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para o resultado. Um ativo financeiro é classificado como disponível para venda se for adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem "contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "caixa e equivalentes de caixa". **(z) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.** São aqueles que não se qualificam nas categorias "a", "b" e "c" acima. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moedas estrangeiras destes instrumentos, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para o resultado. Um ativo financeiro é classificado como disponível para venda se for adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem "contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "caixa e equivalentes de caixa".

NOTA 5 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Bancos Conta Movimento	11	19	1.369	4.763
Aplicação Financeira	87	155	291	351
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	98	174	1.660	5.114

Os valores apresentados referem-se aos valores contábeis de caixa, contas bancárias nacionais e aplicações financeiras estruturadas em CDBs remunerados por taxas que variam entre 100,0% a 120,0% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

NOTA 6 - CLIENTES

	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Clientes externo	23.758	33.663	316.086	343.087
Clientes interno	(13.490)	(11.911)	3.663	5.209
Provisão de crédito de liquidação duvidosa	10.278	21.752	257.027	296.416
	9.796	21.270	220.628	296.416
Circulante	482	482	36.399	36.399
Não circulante	-	-	-	-

Os valores contabilizados em Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa são apurados após análise individual de cada cliente, levando-se em consideração o período de atraso dos valores a receber e a situação atual de cada devedor.

NOTA 7 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Debêntures	32.782	32.780	32.797	32.805
Outras Aplicações e Títulos (b)	32.782	45.851	32.797	105.069
Circulante	32.782	32.780	32.797	32.805
Não circulante	-	13.071	-	72.264

a) O valor de R\$ 72.264 no consolidado em 31/12/2015 refere-se a 46.060 debêntures não conversíveis em ações de emissão da Ibram Estruturas Metálicas S.A., emitidas em 30 de novembro de 2010, sendo 7.320 debêntures pertencentes à Ibram Estruturas Metálicas S.A. - em Recuperação Judicial. Neste exercício constituíram uma provisão para perdas, tendo em vista não termos expectativa de realização. Conforme Ata da 1ª Assembleia Geral de Debênturistas da 2ª Emissão Particular de Debêntures Não Conversíveis, realizada em 29/11/2016, foi alterada a data de vencimento das debêntures de 30/11/2016 para 30/11/2018, prorrogação e determinação do prazo da amortização programada e dos juros remuneratórios das referidas debêntures, para uma parcela única com vencimento em 30/11/2018. b) Refere-se, principalmente, a compra de direitos creditórios, conforme instrumento particular assinado entre a Inepar e a Empresa Atlântico Agropastoril Ltda., cujos valores serão utilizados para liquidação de passivos tributários (ICMS).

NOTA 8 - ESTOQUES

	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Produtos em elaboração	1.156	-	2.116	-
Insumos e materiais	145.131	-	156.750	-
Adiantamentos a fornecedores	33.997	-	38.251	-
Importações em andamento	41.015	-	45.149	-
	221.309	-	242.266	-

O saldo de produtos em elaboração refere-se a custos de obras em andamento que foram suportados pelas Companhias coligadas e controladas e que ainda não foram medidos ou cobrados. Os valores em elaboração destes valores estão condicionados ao cumprimento de etapas de serviços que serão faturados aos clientes ao longo da execução dos projetos (obras). **NOTA 9 - TÍTULOS A RECEBER.** O saldo de títulos a receber está composto por valores da Inepar S.A. Indústria e Construções - em recuperação judicial e das controladas IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial e Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Créditos com terceiros (a)	7.774	7.774	7.774	7.774
Créditos com Preliên Chapeco (b)	-	-	-	17.776
Debêntures 1ª emissão CBD	-	-	4.142	4.142
Outros créditos	-	-	296	171
	7.774	7.774	12.212	29.963

Circulante

	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Circulante	7.774	7.774	8.052	7.927
Não circulante	-	-	-	-

a) O valor lançado na rubrica de créditos com terceiros refere-se aos créditos contra a DNOS - Departamento Nacional de Obras e Saneamentos, por conta de processo em que a Inepar obteve decisão judicial favorável. b) Refere-se aos créditos devidos pela Prefeitura Municipal de Chapeco e em 31/12/2015 estão contabilizados na controlada Penta Participações e Investimentos Ltda.

NOTA 10 - CRÉDITOS DE IMPOSTOS

	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Imposto de renda e contribuição social diferido (a)	-	317	-	317
Impostos e contribuições a compensar	1.065	3.658	4.233	6.210
IMSL - Imposto de Renda	53	-	4.528	5.039
Imposto de Renda	974	974	1.211	1.544
Pis/Cofins Lei 9.718/98	839	8439	8.439	8.439
Adiantamentos efetuados - Parcelamentos (b)	20.822	20.241	30.915	33.984
Impostos e contribuições retidos na fonte	11	165	1.673	5.235
IRPJ Diferido sobre Diferenças Temporárias (a)	28.866	25.340	55.677	54.510
IRPJ Diferido sobre Diferenças Temporárias (a)	4.388	8.940	20.084	20.084
Créditos tributários transferidos de terceiros (c)	2.016	1.998	2.016	6.059
Deduzidos fiscais a compensar	3.185	6.423	3.187	11.791
Deduzidos Créditos (d)	7.182	10.768	8.966	12.926
	77.884	87.970	140.889	164.947

Circulante

	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Circulante	13.641	20.615	24.449	43.708
Não circulante	64.243	67.355	116.440	121.239

a) Os valores referentes ao imposto de renda e a contribuição social diferido, na controladora, referem-se a créditos sobre prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social, reconhecidos até o limite do valor dos tributos diferidos registrados no passivo. b) Constituição de créditos por conta de pagamentos efetuados antecipadamente para a Receita Federal do Brasil e que serão compensados nos próximos parcelamentos. c) Refere-se aos créditos fiscais recebidos da Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A., que foram transferidos para a Inepar S.A. Indústria e Construções - em recuperação judicial, quando da venda da participação acionária da AHI, realizada no exercício de 2015. Esses créditos foram utilizados pela Inepar para liquidação da parcela inicial de até 20% prevista no programa Refis Lei 12.996/2014. O saldo remanescente será utilizado para pagamento das parcelas vencidas deste parcelamento. Para a utilização destes créditos a Inepar obtiver parecer favorável da 1ª Vara da Subseção Judiciária de Araraquara-SP. d) Correspondem, em sua maioria, a processos administrativos de pedidos de restituição de INSS recolhidos indevidamente junto à Receita Federal do Brasil e que se encontram na fase de análise.

NOTA 11 - OUTROS CRÉDITOS

	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Adiantamentos a empregados	89	65	2.051	2.435
Créditos com empresas constituídas em SCP(a)	-	-	8.847	8.847
Adiantamentos a fornecedores	1.795	382	2.557	5.029
Valores de débito a emitir/receber	-	-	1.496	29
Notas a receber-Venda da participação da TUISA(b)	-	-	26.791	29.803
Furnas Centrais Elétricas S/A	950	-	950	-
Prefeitura Municipal de Chapeco(d)	-	-	17.021	-
Créditos com a Central Cia de Transportes(c)	480	542	16.294	16.293
Outros	3.323	989	86.655	70.869
	3.323	989	50.295	27.547

Circulante

	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Circulante	3.323	989	36.360	43.322
Não circulante	-	-	-	-

a) Refere-se aos adiantamentos efetuados às sócias da SCP (Sociedade por Conta de Participação) IESA/Consbem, responsável por um empreendimento junto a Companhia de Transporte de Salvador (CTS). b) Refere-se ao saldo do valor da venda pela IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em recuperação judicial, de 32,47% da participação societária da TUISA - em Recuperação Judicial. c) Refere-se ao saldo de valores de venda de ações de 0,11/2012/2014, devidamente aprovada pelo Juiz da Recuperação Judicial. Do saldo de R\$ 26.791, o valor de R\$ 10.654 refere-se a parcelas vencidas em 2014 e não recebidas no exercício de 2016. c) Refere-se à ação ordinária de cobrança em fase de cumprimento de sentença movida contra a Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística. d) Refere-se aos créditos devidos pela Prefeitura Municipal de Chapeco e está contabilizado na controlada IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.

NOTA 1

realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Principais assuntos de auditoria.** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Impairment dos ativos imobilizado e intangível

A Companhia possui registrados nas rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível os montantes de R\$ 133.453 e R\$ 391.513 mil, respectivamente. Os sucessivos prejuízos operacionais apurados pela Companhia são indícios da possível necessidade de *impairment* destes ativos.

Contingências

A Companhia está envolvida em processos judiciais em andamento perante diferentes tribunais e instâncias de natureza trabalhista, tributária e civil. A atual situação financeira da Companhia somada ao grau significativo de imprecisão inerente às estimativas e ao julgamento por parte da administração faz das contingências um principal assunto de auditoria.

Outros assuntos. Auditoria do exercício anterior. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Inepar S.A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 29 de abril de 2016 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis, mas contendo parágrafos de ênfase sobre i) Recuperação Judicial – continuidade das operações; ii) Cancelamento de contrato de fornecimento pela controlada IESA Óleo e Gás S.A. – em recuperação judicial para o cliente Tupi BV / Petrobrás; iii) Mútuo a receber da pessoa ligada Sadefem Equipamentos e Montagens S.A. – em recuperação judicial; iv) Debêntures a receber da Ibrafem Estruturas Metálicas que, por sua vez, tem como principal ativo a participação no capital social da Sadefem Equipamentos e Montagens S.A. – em recuperação judicial; v) Reapresentação das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2014 em função da correção de erro sobre saldo de tributos parcelados. **Demonstrações do valor adicionado.** Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando

Como o escopo de nossa auditoria respondeu ao assunto “Impairment dos ativos imobilizado e intangível”

Analisamos os planos de negócios e revisamos as projeções de resultado apresentadas pela Companhia bem como questionamos o processo e as premissas usados em sua elaboração. Efetuamos a comparação do valor registrado contabilmente dos bens do ativo imobilizado com a recuperabilidade do valor apurado nas projeções e laudos de avaliação contratados pela Companhia. Nossos trabalhos revelaram que as premissas utilizadas e os laudos de avaliação contratados pela Companhia estão razoavelmente consistentes com a prática do mercado, assim como em relação ao período anterior.

Como o escopo de nossa auditoria respondeu ao assunto “Contingências”

Analisamos as respostas obtidas dos assessores jurídicos contratados pela Companhia e avaliação das premissas utilizadas para a constituição da provisão para contingências, bem como quanto as divulgações necessárias. Nossos trabalhos revelaram que as premissas utilizadas estão razoavelmente consistentes com a prática do mercado, assim como em relação ao período anterior.

aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 23 de janeiro de 2018